

História Social do Trabalho no Brasil: conversa com **Alexandre Fortes**Adalberto Paz¹Alba Pessoa²Alexandre Cardoso³Célia Santiago⁴Davi Leal⁵Lara de Castro⁶

1

Durante a realização da I Jornada de História do Trabalho na Amazônia, o GT Mundos do Trabalho Amazonas, em parceria com o GT Mundos do Trabalho Amapá, entrevistou o historiador Alexandre Fortes, professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e um dos precursores da renovação nos estudos sobre história do trabalho no Brasil nos últimos anos. Fortes é autor de livros e artigos que versam sobre organizações de trabalhadores, sindicalismo, trabalhismo, além de diversas publicações e análises sobre política, cidadania e democracia na atualidade.

GT Mundos do Trabalho Amazonas: A sua geração foi responsável por uma importante virada historiográfica a partir dos anos 1990, momento em que muitas transformações vinham ocorrendo no âmbito das ciências sociais em todo o mundo, e nos estudos sobre a classe operária não seria diferente. Como você vivenciou esse momento e como se deu a sua inserção no meio acadêmico especializado.

Alexandre Fortes: Bom, eu sou de Porto Alegre. Quando tinha uns 10 anos de idade, fui morar em São Leopoldo, que é parte da região metropolitana de Porto Alegre, e acabei fazendo minha graduação na UNISINOS, uma universidade privada dos padres Jesuítas que tem um bom curso de história, e que fica justamente em São Leopoldo. Eu já vinha de militância no movimento secundarista bastante intensa. Cheguei a ser vice-presidente e presidente de grêmio estudantil. Minha primeira experiência militante foi interrompida quando a diretoria do grêmio do qual eu fazia parte foi cassada, após a invasão da nossa sede pela polícia do exército a pedido da diretora do colégio (Escola Estadual Pedro Schneider), por sinal, casada com um coronel. Nessa época eu estava com aproximadamente 15 anos de idade. Depois disso, me envolvi com trabalho cultural, criamos um centro de cultura, ainda em São Leopoldo. Quando entrei na universidade também tive alguma atuação no Centro Acadêmico de História, mas já não tinha, digamos assim, muita paciência com o movimento estudantil, devido à minha

¹ Professor do curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

² Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP).

⁴ Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁵ Professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

⁶ Doutoranda em História Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

precoce trajetória como secundarista. Foi nesse período que fiz contato com pessoas que estavam ajudando a organizar oposições sindicais, por volta de 1983, sendo que, a partir de 1985, quando eu já estava mais do meio para o fim da graduação, pude ter uma atuação maior no sindicalismo. Naquela época, a CUT [Central Única dos Trabalhadores] no Rio Grande do Sul – assim como em alguns outros estados – tinha organizações regionais, de modo que nós tínhamos uma CUT no Vale do Rio dos Sinos, e não apenas a CUT estadual do Rio Grande do Sul. A central ainda controlava poucos sindicatos, mas tinha muitas oposições sindicais. Esse era um momento em que a expansão do sindicalismo “cutista” era muito forte, ocorriam muitas greves, e a gente ganhava quase todas as eleições sindicais que disputava, ou seja, era uma conjuntura muito favorável para a expansão de uma nova proposta sindical que vinha do *Novo Sindicalismo* que se espalhava pelo País, a partir das greves do ABC nos anos 1978, 1979, 1980, e que no Rio Grande do Sul foi inicialmente mais destacado nos trabalhadores bancários, professores da rede pública estadual, que constituíam os maiores sindicatos da época e que seriam os principais campos de atuação da CUT. Então, meu primeiro vínculo de fato com a CUT foi o de ajudar a organizar a Secretaria de Formação Política da CUT Regional do Vale do Rio dos Sinos, e isso me levou a participar da organização de oposições sindicais no setor da metalurgia, calçados, depois eu trabalhei também com oposição sindical dos trabalhadores da borracha. Num primeiro momento eu atuei como voluntário, mas já em 1986 fui contratado profissionalmente pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), uma das principais entidades de apoio aos movimentos sociais nesse período. Esse foi um momento muito intenso e eu era muito novo, com 18 e 19 anos eu já estava envolvido nesse tipo de atividade, ao mesmo tempo em que fazia minha graduação. Em 1987, quando concluí o curso de história, eu estava muito envolvido nesse trabalho sindical, e a partir da minha experiência comecei a me interessar pela temática da história do trabalho. Aquele foi justamente o ano em que foi publicada a tradução brasileira de *A Formação da Classe Operária Inglesa* do E. P. Thompson. Lembro ter visto a obra na Feira do Livro de Porto Alegre e achado muito interessante. Logo em seguida, saiu o *Mundos do Trabalho* do Hobsbawm, que já era um autor muito mais conhecido no Brasil, inclusive, no tocante à história do trabalho, pela coletânea *Trabalhadores*, que já estava em circulação havia certo tempo. *Mundos do Trabalho*, contudo, é uma coletânea muito mais abrangente e em alguns artigos dialoga muito mais diretamente com a obra do Thompson. Essas obras, então, acenderam uma luz de que um tipo de abordagem diferente sobre temas do movimento operário e sobre os trabalhadores estava aparecendo com esses autores.

GTMTAM: Desde os anos 1980 a UNICAMP desenvolve importantes pesquisas sobre trabalhadores e escravidão, inclusive sob a influência das análises dos historiadores sociais ingleses que você mencionou. Certamente isso foi decisivo na sua escolha.

Alexandre Fortes: A UNICAMP já era conhecida como centro de referência fundamental nesse tipo de pesquisa, e eu então decidi, em 1989, tentar a seleção do

mestrado, estimulado por alguns amigos da Sociologia que já tinham estudado na UNICAMP. Foi uma aventura, porque eu já era casado, tive uma filha muito jovem, tanto que hoje já sou avô, tenho um neto de 1 ano de idade e uma filha que vai fazer 27 agora [em 2014]. A minha filha já tinha nascido em 1987. Então, nesse período estava com companheira e filha, e decidimos ir de mala e cuia pra Campinas. Durante a campanha eleitoral do Lula em 1989, aquela campanha histórica em que o Lula veio a perder para o Collor, na qual inclusive eu estava muito envolvido, eu também estava fechando o meu projeto de mestrado para mandar para UNICAMP. Aliás, numa situação muito arcaica para os dias de hoje, porque era datilografado, não tinha computador, tinha que fazer não sei quantas cópias, mandar pelo correio, e depois tinha que ficar ligando de orelhão porque nem telefone fixo eu tinha na época, e como vocês sabem celular não existia naquele período. Eu tinha muitas dúvidas, muita esperança, mas também me assustei muito quando cheguei à UNICAMP. A banca de seleção lançou uma série de questões, e você nunca sabe o que está se passando na cabeça dos examinadores, mas, enfim, eu acabei entrando numa turma muito interessante de mestrado, na qual já estava o Gino (Antônio Luigi Negro), que é da mesma turma que eu.

GTMTAM: Até os anos 1990, a ideia de que o período posterior aos anos 1930 teria sido de cooptação e refluxo do movimento sindical no Centro-sul do país era um argumento estabelecido na academia. As pesquisas de José Sérgio Leite Lopes, as suas próprias e de outros pesquisadores da sua geração como Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antônio Luigi Negro e Paulo Fontes, demonstraram o quanto aquela tese estava equivocada. Como você situa a sua inserção nesse movimento historiográfico?

Alexandre Fortes: Já no mestrado, o meu interesse era tentar entender o processo de implantação da estrutura sindical oficial, vendo os sindicalistas, os trabalhadores com um papel mais ativo na relação com Estado após 1930, e o quanto que o desenvolvimento de certa cultura, de uma concepção sindical mesmo, teria influenciado esse processo, mais do que a questão do perfil ou origem da mão de obra. Em suma, romper tanto com a tese do Leôncio Martins Rodrigues, e de outros, de que por se tratar de um operariado vindo recentemente do campo, seria por isso facilmente manipulável, mas também romper com a ideia de que a aliança política da elite “de cima pra baixo”, em torno de um projeto muito bem costurado, teria sido suficiente para que isso se viabilizasse e permanesse. Tentar entender as experiências de organização e as expectativas que os trabalhadores tinham em relação ao próprio sindicato como parte integrante do processo de implantação e manutenção da estrutura sindical, esse era mais ou menos o meu objetivo, e isso tinha muito a ver com minha experiência de sindicato também. Vou dar um exemplo: a CUT dizia que tinha que acabar com o imposto sindical e acabar com o assistencialismo dentro do sindicato, mas quando você olha para o sindicato, você vê que não é só o Estado que impõe o assistencialismo, pois existe uma expectativa muito forte das categorias de que o sindicato lhes proporcione algum

tipo de assistência, digamos, médica. Outro exemplo relacionado à minha militância tem a ver com os debates sobre as propostas de reforma da estrutura sindical durante a Constituinte. Havia a estrutura sindical oficial da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], a proposta da CUT e uma terceira proposta que era do Senador Fernando Henrique Cardoso, apoiado pelo PCB, pelo PCdoB e pelo MR-8, que mantinha ainda uma unicidade muito forte, mas com alguns atenuantes. Acabava com a intervenção do Estado, embora mantendo uma estrutura oficial, inclusive o imposto sindical, entre outras coisas que a CUT criticava. Tudo isso, digamos assim, dava uma grande atualidade para o debate sobre o período dos anos 1930, no sentido de tentar entender como essa estrutura havia sido gestada e ainda permanecia, e eu buscava lançar um novo olhar sobre um tema já bastante debatido. Além disso, uma das novidades da minha pesquisa era que eu estava justamente propondo estudar categorias de Porto Alegre no pós-1930. No Rio Grande do Sul havia um grupo formado pela professora Silvia Petersen, na UFRGS, que estava desenvolvendo já um leque muito interessante de pesquisas sobre a Primeira República, mas que tinha praticamente como definição não passar de 1930. Eu lembro, inclusive, que quando cheguei à UNICAMP, alguns colegas que pesquisavam outras coisas me perguntavam qual era o meu projeto, e quando eu começava a explicar eles diziam assim: “porque você quer estudar o pós-30? Depois de 30 é o Estado que define as coisas, não tem movimento operário no pós-30!” E à medida que eu comecei a mexer com a documentação foi ficando muito evidente que havia muita coisa extremamente interessante, que as coisas eram mais complexas, com muito conflito, com muita greve, que o cenário não era tão simples.

GTMTAM: Qual era o cenário das pesquisas sobre trabalhadores e movimento operário no pós-1930, quando você chegou à UNICAMP?

Alexandre Fortes: Nos dias da seleção de mestrado eu fui apresentado ao Hélio da Costa, em virtude de alguns amigos em comum. Ele já estava cursando o mestrado desde não me lembro quando, porque antigamente os mestrados na UNICAMP se estendiam às vezes por muitos anos, às vezes mais do que um doutorado hoje em dia. O Hélio era também uma pessoa com experiência de militância, vindo de uma família operária do ABC, e que já tinha inclusive participado em uma das greves de São Bernardo. Sua pesquisa era sobre comissões de fábrica no pós-guerra, as organizações de base operária e suas relações com o comunismo, e seus argumentos questionavam muito fortemente as teses do Francisco Weffort. Mas, quando eu encontrei o Hélio pela primeira vez, antes de fazer a seleção, ele estava extremamente desanimado, a ponto de me dizer: “Ah, que bom que você veio, tomara que você consiga entrar, mas isso que você sabe da UNICAMP, de ser um ‘grande centro de estudos de história operária’, isso já está acabando, já não tem mais ninguém se interessando por isso”. Ele parecia realmente deprimindo. Depois eu conheci o Gino, já como parte da minha turma, estudando o período pós-1964 no ABC, com foco muito grande na indústria automobilística, e eu com esse estudo sobre Porto Alegre. Nós éramos os dois, numa

turma de onze, que estudavam movimento operário, na linha de pesquisa chamada “Trabalho e Movimentos Sociais”. Tinha gente estudando escravidão, Flávio Gomes, por exemplo, também é da nossa turma de mestrado, assim como a Magda Ricci, a Regina Xavier (que é professora da UFRGS há bastante tempo), o José Roberto Franco Reis, que é do Rio de Janeiro. Não me lembro exatamente qual era o projeto do Zé Roberto no mestrado, mas no doutorado ele trabalhou bastante com as cartas do Vargas, o mesmo tipo de fonte que o Jorge Ferreira usou, mas com uma abordagem diferente. Ele também é uma pessoa que transita muito entre a História Política e a História Social do Trabalho, sempre dialogou muito conosco. Mas quem estava carimbado como “movimento operário”, seguindo uma linha bem “thompsoniana”, éramos principalmente eu e o Gino. E a gente ouvia também dos demais colegas coisas do tipo: “você são os últimos dos moicanos. Quando saírem, não esqueçam de apagar as luzes e fechar a porta!”. Não era um momento muito favorável para os estudos sobre o operariado.

GTMTAM: Esse foi o momento da formação da “Central Única dos Historiadores”?

Alexandre Fortes: Eu já conhecia o Hélio e o Gino, e nesse primeiro ano do mestrado [1990] o Hélio também nos apresentou o Fernando Teixeira da Silva, que já estava cursando o mestrado há cerca de três anos, assim como o Hélio, e estava com sua dissertação bastante adiantada, resultando numa pesquisa monumental. Então, a gente começou alguns diálogos do tipo: “vamos tentar montar um grupo, podemos conversar, a gente tem muitos interesses em comum, todo mundo pesquisando o pós-30”. A gente começou a perceber uma série de afinidade pessoais, inclusive, e lá pelas tantas o Hélio nos apresentou o Paulo Fontes, o Paulinho, que trabalhava com ele no Instituto Cajamar. O Instituto Cajamar era um centro de formação política vinculado também a CUT, ao PT e a movimentos populares, no qual eu inclusive passei a trabalhar depois de 1991. Portanto, depois disso, nós trabalhávamos juntos no mesmo lugar: eu, Hélio, Paulo, além do Gino, mas nesse caso por um breve período. No Cajamar eu fui coordenador de equipe, diretor de projetos. Eles eram da equipe sindical e eu era da equipe chamada “educação para a cidadania”, que promovia formação político-partidária, além de desenvolver outros projetos. Mas foi em março de 1991 que de fato nós constituímos o nosso grupo, a famosa *Central Única dos Historiadores*. Até por uma circunstância engraçada, porque, nós fomos convidados a ir numa reunião em São Paulo com alguns outros colegas da PUC-SP, que só o Hélio conhecia por ter feito graduação lá. Contudo, nós achamos toda a conversa do pessoal muito estranha, ninguém sintonizou muito bem. Era um grupo que estava com uma postura muita reativa contra as novas abordagens, tentando defender uma visão marxista mais tradicional da história operária. Então, a gente saiu da reunião com a certeza de que não tínhamos nos identificado com aquilo. Aí, fomos comer uma pizza e dissemos uns para os outros: “bom, se a gente não vai participar daquele grupo, vamos fazer o nosso”, e começamos a nos reunir com certa frequência. Houve um longo período no qual a gente se reunia toda semana, lia e discutia sistematicamente, especialmente o que a gente

estava produzindo: várias versões de capítulos, de projetos, de dissertação, de tese, em reuniões que se estendiam até a madrugada. O engraçado é que, na época – éramos mais jovens – a gente bebia, bebia, bebia, aí parava de madrugada e dizia: “agora vamos discutir!”, e por incrível que pareça, funcionava! Mas, também devido à relação cada vez maior de amizade, às vezes a gente dizia: “Ah, hoje não dá pra discutir, vamos jogar sinuca!”, aí saíamos para jogar sinuca e deixávamos a discussão *pra* próxima. Mas também fizemos estudos sistemáticos de alguns textos, por exemplo: nós fizemos a leitura de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, capítulo a capítulo, o que levou meses. Em cada reunião a gente discutia um capítulo: alguém apresentava, os outros debatiam, então, isso foi dando uma consistência muito grande, para quando tivéssemos que falar sobre um autor, a gente soubesse bem o que estava falando, e soubesse o quê que esse autor tinha a ver com as nossas pesquisas. A iniciativa de constituir um grupo nos fortaleceu muito nesse aspecto. E, ao mesmo tempo, mantínhamos essa vinculação, essa proximidade ao próprio movimento sindical, ao PT, especialmente o contato com organizações de trabalhadores de fato. Um pé na academia e outro pé no movimento: as duas coisas foram bastante positivas para a nossa formação nesse momento.

GTMTAM: O livro *Na luta por direitos* com certeza representa o primeiro grande resultado coletivo desse grupo. Como foi concebido esse projeto?

Alexandre Fortes: O Cláudio Nascimento, amigo e colega nosso, que era diretor do Cajamar, fez um contato com a Editora da UNICAMP para tentar fazer uma série de publicações em conjunto, Cajamar e UNICAMP. Aí ele pediu pra gente: “olha, juntem os trabalhos de vocês que a gente vai fazer uma coletânea, vamos botar nesse pacote”. A gente juntou o que tinha, mas depois daquela reunião nunca mais ouvimos falar de nada. Isso deve ter sido em 95, por aí. Em 97 e 98 eu fui para os Estados Unidos, com uma bolsa-sanduíche da CAPES. Quando eu voltei recebi um telefonema: “aqui é da Editora da UNICAMP, a gente queria saber se o senhor ainda quer publicar aquele livro”. Eu falei: “que livro?”, a pessoa disse: “aqui está: ‘Na luta por direitos’, é o senhor, Hélio da Costa, Antônio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Paulo Fontes...”. Eu falei: “claro!”, mas eu nem lembrava exatamente o que é que a gente tinha enviado para publicação, pois tinha passado anos, estava lá na gaveta. Aí a gente começou um debate, porque eu tinha conseguido apenas cerca de um mês para rever o material. O Fernando ficou estressado com esse prazo e quase desistiu de publicar, o Paulinho estava em Manchester, mas nessa época a gente já estava usando e-mail, de forma que todos nós trocamos mensagens quilométricas, discutindo se faríamos ou não nessas condições, e por fim resolvemos fazer o livro *Na luta por direitos*. Depois, quando o livro saiu, o Fernando chegou pra mim, e disse: “Imagina só, né, Alexandre, eu podia estar aqui na fila agora, pedindo autógrafa a vocês.” Enfim, o livro saiu em 1999 e deu uma visibilidade maior aos trabalhos do grupo. Até porque, nessa época já tinham sido publicadas, em forma de livro, as dissertações completas do Hélio (*Em busca da memória*) e do Fernando (*A carga e a culpa*), enquanto eu e o Gino também começamos

a publicar mais artigos, pois não chegamos a publicar as dissertações inteiras – o Paulo Fontes, sim, chegou a publicar um pouquinho depois, o livro *Trabalhadores e cidadãos*.

GTMTAM: Nos anos 1980, surgem no Brasil trabalhos que se opõem muito fortemente à ideia do “escravo-coisa”, centrados no argumento de que a dimensão legal e violenta do comércio e da propriedade escrava não aniquilou diferentes estratégias de resistência, individuais e coletivas, dos escravizados contra as várias formas de opressão. No mesmo período, os estudos sobre a classe operária precisaram se opor a um *establishment* acadêmico que afirmava a vitória de um Estado forte e organizado sobre classes trabalhadoras entorpecidas, cooptadas e manipuladas. A sua geração entendia que a chamada “tese da heteronomia operária” era algo tão estabelecido e tão difícil de ser criticado quanto a do escravo-coisa foi para os estudo sobre escravidão?

Alexandre Fortes: Sim, sem dúvida. Até hoje, de fato, o senso comum difundido na sociedade brasileira – me refiro especialmente à camada letrada da população, que tem alguma informação sobre história do movimento operário, com exceção dos pesquisadores e especialistas no tema – se baseia na versão difundida pela Escola de Sociologia Paulista dos anos 1960. Justamente porque os autores vinculados a esse grupo conseguiram atribuir *status* científico a algo que vai ao encontro daquele senso comum, também fortemente estabelecido, com ideias do tipo: “esses coitados nordestinos, que vieram para o sudeste e foram manipulados”, etc. Ainda segundo certo imaginário, a Primeira República representaria a época do anarquismo heroico, independente, mas que não conseguiu realmente produzir maiores transformações no Brasil, porque veio o Estado autoritário e impôs um desenvolvimento “de cima pra baixo”, manipulando uma massa que não tinha experiência política prévia, etc. e tal. Quer dizer, essa versão da história nessas bases você ainda encontra hoje em livros didáticos, muitas vezes em bancas de jornal, mas no mundo acadêmico, sem dúvida, ainda era fortemente estabelecida até a década de 1990 porque ela foi sistematizada, digamos assim, como uma teoria. Caso alguém considere um exagero falar em “teoria”, podemos dizer com certeza que se tratava de um esquema interpretativo com início, meio e fim, “redondinho”. Havia também certa indisposição sobre o tema, como uma ideia que existia em relação à escravidão do tipo: “olha, não dá pra saber muita coisa porque o Rui Barbosa mandou queimar as fontes sobre os escravos”, e essa parecia uma excelente justificativa para encerrar o assunto, ou tentar encerrar o assunto. Em relação ao período pós-30 esse tipo de explicação acabava se tornando completamente autossuficiente. Quando eu ouvia: “puxa, o quê que você tá querendo procurar? Porque sobre isso não tem nada, você não vai achar nada!”, eu sabia que tinha muito a ver com essa explicação de que no pós-30 não teria existido ação operária engajada. Mesmo na produção da UNICAMP, o primeiro movimento foi o de buscar autonomia na Primeira República, foi o de valorizar e fazer novas leituras sobre o anarquismo, sobre as greves, sobre a imigração. Por isso, foi bastante representativo para mim quando o próprio Michael Hall, sem dúvida uma pessoa muito mais aberta e com conhecimento muito grande – inesgotável, na verdade –, disse, na minha banca de mestrado: “o trabalho do

Alexandre me convenceu de que vale a pena pesquisar o pós-30”. Talvez, inclusive, porque já era o terceiro numa sequência iniciada com o Fernando, depois o Hélio. Logo em seguida, veio o Gino, e um pouco mais tarde o Paulo, porque o Paulo entrou um ano depois da gente no mestrado. Aliás, como na época o Hélio, o Gino, o Fernando e eu já éramos mestrandos, a gente discutiu desde o projeto de mestrado do Paulinho, ajudamos ele a pensar e rever o projeto para a seleção da UNICAMP.

GTMTAM: Falando de forma mais direta a respeito da influência de E. P. Thompson no Brasil, especialmente sobre a perspectiva desse autor considerar os grupos e classes sociais em suas relações de conflito, mas também negociação e consenso, você considera que houve certo exagero no uso de algumas noções, como a de “resistência”, por parte de alguns historiadores ou outros estudiosos?

Alexandre Fortes: A gente tem que evitar a tentação do modismo intelectual. Nós fizemos isso durante muito tempo em história e em ciências sociais no Brasil: “qual é a última teoria na Europa ou nos Estados Unidos? Ah, então eu vou pegar e vou aplicar aqui”, como se nós fossemos apenas matéria-prima para aplicação de conceitos. As pessoas leem os autores estrangeiros muitas vezes procurando receita de bolo. O Thompson é um autor que pela sua própria experiência política, por ter uma inserção política e acadêmica, e ter formado a sua obra a partir desse olhar, ou seja, de alguém que teve um engajamento, uma militância, que tinha uma paixão muito grande pelos seus temas, uma indignação moral muito grande, teve tudo isso refletido em sua obra, por exemplo, através de palavras de ordem. Então, tem certas coisas que ele enfatiza muito fortemente, como parte de um enfrentamento, de uma polêmica, de um debate, e é o que chama mais atenção, e as pessoas às vezes captam aquilo, reproduzem e acham que está tudo resolvido. Resistência, contudo, é um termo que o próprio Thompson raramente usa, e que você não vai achar em nenhum título de trabalho escrito por ele. Mesmo o conceito de resistência quase não é usado, a não ser de uma forma muito específica. É diferente de um autor como James C. Scott, por exemplo, que em obras como *Weapons of the Weak* analisa formas de resistência, e evidentemente está num campo teórico próximo ao do Thompson. Mas chama atenção que o próprio Thompson não dá à resistência esse poder todo. O que há de perigoso no conceito de resistência, na forma como é empregado às vezes? De um lado, é perigoso tentar dizer que certos comportamentos que parecem como desviantes, como conflitantes com os interesses dominantes, com as normas estabelecidas, podem ser equiparados a um desafio aberto à ordem estabelecida, quando na verdade nem sempre é assim. Pode haver, claro, uma conexão, pois nenhum desafio à ordem estabelecida vai ser efetivo se não estiver dialogando muito bem com esses elementos de rebeldia que o Thompson, Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, denomina de “subpolítico”, um conceito do Eric Hobsbawm que muita gente, aliás, acha horrível. Mas o subpolítico, no contexto desses autores, não possui um sentido depreciativo. É uma forma de dizer que alguns elementos da cultura não são explicitamente políticos, mas podem facilmente se conectar com o campo da política, ou seja, eles têm uma lógica quanto às relações de

poder. Não necessariamente se conectam com a política de uma forma mais ampla, mais explícita, aberta, mas eles têm esse potencial. Então, quando o Thompson fala do comportamento de rebeldia da turba londrina, que tinha uma tendência visível a desafiar o poder, a ridicularizar o poder, ele também diz que não dá para achar que isso significava necessariamente uma “consciência coletiva” de que era preciso mudar a ordem, de que era necessário derrubá-la. E aí os críticos da “resistência” vão dizer – e nós precisamos ouvir – que esse tipo de comportamento desviante, rebelde, pode ser uma parte do sistema, ele pode muito bem ser um elemento de reprodução do próprio sistema. Então, a questão de saber quando sim e quando não, e em que medida, aí eu acho que se pode exagerar, por um lado ou por outro, coisa que o Gino brinca chamando de “mal de Thompson”. Isto é, a pessoa vê “resistência” em tudo e acha que toda resistência, aqui ou acolá, necessariamente significa uma consciência de classe latente, rumo a uma consciência de classe formalizada, estruturada, sendo que não é bem assim. Isso pode acontecer ou não. O Thompson termina seu livro com um capítulo de 100 páginas, no terceiro volume, chamado “consciência de classe”, tratando do que ocorre no início da década de 1830. Daí outros autores o terem criticado dizendo que isso era teleológico. Mas o que ele afirma é naquele momento existiu uma consciência de classe formada, e que antes daquele período o que existia era uma série de elementos que tinham relação com a cultura, com as tradições, etc., e que se conectaram para que fosse possível chegar àquela consciência. O interessante desse argumento era dizer que essa consciência não dependia da introdução de uma teoria externa, isto é, que ela era formada através da própria experiência, uma experiência diversificada, complexa. Mas não ocorria de forma automática, a partir da condição de subalterno, fazendo brotar uma consciência de classe ou uma lógica de ruptura com a estrutura, o que seria um “espontaneísmo luxemburguista”, como se dizia na velha esquerda. Thompson chegou ao Brasil sendo lido simultaneamente com outros autores como Cornelius Castoriadis e os autonomistas Italianos: Mário Tronti, Antônio Negri, e outros, num contexto em que “autonomia” era uma palavra de ordem do próprio movimento operário brasileiro e dos novos movimentos sociais, então, há uma mistura, digamos assim, um caldo de cultura: o surgimento do PT, a afirmação do *Novo Sindicalismo* e a chegada desses outros referenciais que estão sendo absorvidos simultaneamente. E aí, nessa mistura tem a lógica de uma visão autonomista francesa, italiana, que tem muito pouco a ver com a história porque ela deriva mais do campo da filosofia, ou até da antipsiquiatria, num autores como Félix Gattari, que hoje, com um pouco mais de distanciamento, eu acho que não se coaduna às vezes tão bem com a abordagem histórica propriamente dita da escola britânica, mas ela tinha uma proximidade política muito grande na época. Tanto assim que o Castoriadis é um dos poucos autores franceses – na verdade, ele é grego, mas é conhecido como um filósofo francês – que o Thompson elogia (e o Thompson não gostava muito de franceses, como você sabem). Nas notas de rodapé de *A miséria da teoria*, eu me lembro de quatro autores franceses que ele elogia: Marc Bloch, Sartre, Pierre Bourdieu e o Castoriadis. Talvez tenha mais alguns, mas desses eu tenho certeza. E isso tem a ver com uma série de afinidades do campo da esquerda, enquanto que tudo o que deriva do estruturalismo o Thompson abomina, inclusive o Foucault. Dessa

forma, assim como existem as notas de rodapé para elogiar, tem uma nota dizendo que o Foucault é um discípulo menor de Althusser.

GTMTAM: A sua pesquisa de doutorado também está intimamente relacionada à sua própria história de vida, inclusive familiar. Como surgiu a pesquisa em torno do *Quarto Distrito* de Porto Alegre?

10

Alexandre Fortes: A partir daqueles debates, eu tive uma redefinição importante no meu projeto de doutorado em relação ao do mestrado. O projeto do mestrado era totalmente focado em sindicato, e o que eu fui percebendo cada vez mais, mexendo com a documentação sindical, com entrevistas, era que eu precisava situar o sindicato na classe. Então, eu busquei perceber os sindicatos em relações de classe maiores, na experiência do trabalho, do cotidiano dos trabalhadores, e como eu sou de Porto Alegre, eu fui fazendo até um processo de autodescoberta muito interessante, porque cada vez mais a documentação que eu mexia tinha referências ao Quarto Distrito. O Quarto Distrito é a região de concentração fabril histórica de Porto Alegre, do final do século XIX até os anos 1950, e foi justamente onde a minha família se formou e eu cresci. Portanto, aos meus olhos aquele ambiente era muito “óbvio”. Era o lugar no qual eu tinha nascido e crescido, por isso eu nunca tinha parado para pensar a respeito, por ser muito naturalizado para mim. A rua em que eu morei do zero aos 5 anos de idade fica no meio do caminho entre a Renner e a Varig, que são as duas principais empresas que eu acabei estudando no meu doutorado. A minha família, tanto do lado do meu pai quanto da minha mãe, tinha inúmeras relações de trabalho com as duas empresas. Então eu tinha “ganchos” para tentar entender aquela configuração, digamos assim, social, sociocultural daquele distrito operário, a partir das experiências das trajetórias de familiares, vizinhos, etc., cruzando tudo isso com a documentação. Eu fiz isso muito influenciado por vários trabalhos: José Sérgio Leite Lopes, por exemplo, mas também pela pesquisa que o Daniel James e a Mirta Lobato vinham desenvolvendo sobre Berisso, que é uma cidade de frigoríficos na Argentina. Então, essa ideia de reconstruir uma espécie de “história social total de uma comunidade operária” foi uma coisa que logo da primeira vez que eles começaram a explicar, e que a gente leu alguns *papers* ainda muito preliminares, chamou muito minha atenção, e eu comecei a me dar conta: “puxa, mas é isso que estou buscando em Porto Alegre, isso vai me abrir possibilidades de tentar fazer isso que estou buscando”. O quê que eu digo que é a relação sindicato-classe? Para dar um exemplo, retomando a questão da saúde (que eu mencionei no contexto sindical dos anos 1980, falando sobre o quanto a questão da assistência era complexa). Olhando para os anos 1930 eu comecei a encontrar, dentro dos sindicatos, organizações mutuais, caixas de beneficência regulamentadas, e todo um debate, que depois eu descobri que já tinha uma longa trajetória anterior a 1930, mas que continuavam no pós-30, mesmo dentro dos sindicatos oficializados. O debate se centrava no fato de que os sindicatos não tinham como atrair afiliados sem oferecer algum tipo de assistência, mas ao mesmo tempo, existia o contraponto de várias correntes políticas dizendo que oferecer assistência era criar ilusões entre os

trabalhadores, que oferecer paliativos em relação à exploração nunca iria resolver, que o que iria resolver era aumentar o salário, lutar para que o governo realmente oferecesse assistência e saúde melhor, etc. Daí a percepção cada vez maior que eu tive de que, mesmo o sindicato fazendo assistência, ele estava disputando com outras instituições essa adesão, ou seja, essa relação entre a assistência e a identidade, ou melhor, entre a assistência, o vínculo com uma organização e a formação da identidade era muito forte. A Igreja vinha construindo Círculos Operários nos anos 1930 em Porto Alegre, esse modelo de Círculos Operários que se difundiu depois em escala nacional. Existem experiências no Ceará muito antes desse período, mas o caso de Porto Alegre é de 1932. As empresas muitas vezes também ofereciam assistência, assim como havia um mutualismo étnico ainda muito forte. Então, na verdade, se o sindicato não disputasse dessa forma a adesão dos trabalhadores, oferecendo alternativas e mostrando que aquelas alternativas eram melhores do que a do patrão, do que a do pai, ficava difícil conseguir filiações. Isso me levou a tentar entender de onde vinham essas pessoas, quais as suas condições de vida, quais eram os modelos de relação familiar que se estabeleciam, quais as suas visões e perspectivas, e isso acabou formatando o meu projeto de doutorado. O que eu acabei descobrindo depois que comecei a pesquisa, além de tudo isso, eu acabei esbarrando em coisas que não imaginava, nem estava preparado para lidar inicialmente, que foram as questões relacionadas ao contexto da 2ª Guerra Mundial, ou até antes da 2ª Guerra, envolvendo o nazismo, a relação das empresas com o nazismo, do impacto da Guerra na redefinição da hierarquia social no tocante a relações étnicas, e tudo isso acabou expandido muito meu campo de análise, e me levando a ter que buscar outras referências. Nesse meio tempo, eu tive uma bolsa sanduíche na Duke University, com o John French, entre 1997 e 1998, e a experiência dos Estados Unidos me ajudou muito com relação à bibliografia e pelo contato com outros pesquisadores, pois algumas dessas temáticas têm muito mais tradição de pesquisa e reflexão por lá. Após isso, acabei então concluindo o meu doutorado em 2001.

GTMTAM: A partir do doutorado, que rumo seguiu a sua carreira e produção acadêmica, e como essa trajetória se relaciona com a historiografia do trabalho atual?

Alexandre Fortes: Eu fiz muita coisa como desdobramento dos próprios temas do doutorado, como já mencionei. Além disso, a minha relação com o PT e o Instituto Cajamar, acabou me levando a assumir um cargo na Fundação Perseu Abramo, como diretor do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, que é o arquivo histórico do PT. Isso possibilitou uma parceria com o CPDOC-FGV, através da qual eu e a professora Marieta de Moraes Ferreira fizemos muitas entrevistas, e uma parte dessas entrevistas saiu no livro de história oral do PT (*Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT*). Então, grande parte da minha produção depois do doutorado é sobre o PT, tendo como base a história oral. Também comecei a escrever muitos trabalhos sobre a obra do E. P. Thompson e algumas coisas sobre história da América. Devido a minha passagem pelo *Latin American & Caribbean*

Studies, em Duke, eu li muito mais sobre outras partes da América Latina e voltei muito motivado a tentar fazer alguma coisa comparativa entre Brasil, México e a Argentina. Cheguei, inclusive, a publicar um trabalho discutindo a questão do sindicalismo pragmático, problematizando até que ponto esse sindicalismo pode ser chamado de “pelego” – ou não – no México, e esbocei alguma coisa similar a isso com relação à Argentina. Mas, quando me tornei professor de história contemporânea na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, deixei um pouco de lado aquele projeto, e fiquei pensando o que seria um bom projeto de pesquisa novo, evidentemente tendo relação com o que eu tinha pesquisado antes, mas apontado novas perspectivas. E nisso a gente começou cada vez mais a lidar com essa questão da chamada História Global do Trabalho, a partir das conexões, desde a fundação do GT Mundos do Trabalho, com o pessoal do *International Institute of Social History* (IISH), de Amsterdã, além das fortes relações que nós já tínhamos com muita gente dos Estados Unidos e da Inglaterra. Marcel van der Linden e outros, do IISH, nos colocaram em contato com os colegas da Índia e países africanos, e trouxeram esse debate teórico-metodológico sobre história global, de modo que, juntando tudo isso com a minha própria experiência no ensino de história contemporânea, eu acabei chegando ao tema do meu projeto de pesquisa atual, que trata do impacto da 2ª Guerra Mundial sobre as relações de classes e as relações de trabalho no Brasil. Em resumo, se trata de um trabalho que propõe um diálogo entre campos historiográficos diferentes, como a História do Trabalho, a História das Relações Internacionais, a História Militar, a historiografia existente no Brasil sobre as políticas de assimilação étnicas ocorridas durante o período da Guerra, sobre o papel repressivo do Estado no período, etc. Isso porque, apesar de existirem vários grupos pesquisando esse período, eles acabam sendo um tanto autoreferidos, ou seja, cada um tem um campo historiográfico próprio, e para o tipo de coisa que eu estou tentando fazer é necessário tentar integrar todas essas áreas. Basicamente, eu estou convencido de que a Guerra teve um papel absolutamente decisivo no que a Angela de Castro Gomes chamou de “invenção do trabalhismo”, o John French chamou “aposta populista” de Getúlio Vargas, a Maria Celia Paoli chamou de “emergência da crença simbólica nos direitos”, ou seja, no claro surgimento, naquele período, de um grau de incorporação mais ativa dos trabalhadores à política, sob o varguismo. Acho que podemos dividir muito fortemente a era Vargas em “antes e depois” de 1941 e 1942, mas ao invés de tomar como marcos apenas o salário mínimo, a CLT, o imposto sindical, eu tomo fortemente como marco também a 2ª Guerra Mundial, a relação entre o esforço de guerra, a redefinição nas formas de incorporação do operariado à cidadania, expansão de direitos sociais, salto acelerado da industrialização, a implementação simultânea de uma grande diversidade de grandes projetos pelo país, os quais provocaram um enorme deslocamento de mão de obra, a formação de novas frentes de trabalho e em grande escala por todo o país. Tudo isso acontecendo simultaneamente, conforme atesta uma bibliografia internacional muito interessante, que mostra a correlação, em várias partes do mundo – de forma muito nítida –, entre diversas mudanças profundas e a Guerra. Para isso, é necessário colocar a era Vargas num contexto internacional. Independentemente do debate sobre se o Brasil teria conseguido, de maneira astuta,

obter o máximo proveito da Alemanha para depois fazer alianças com os Americanos, ou se na verdade o Brasil teria sido “forçado” a entrar na Guerra, o fato é que isso transformou profundamente o país, e pra mim transformou também o varguismo. Um dos meus argumentos, por exemplo, é de que se o Getúlio tivesse caído em 1940, não teria existido 99% daquilo que nós chamamos de “legado da era Vargas”, pois, o que ocorreu especialmente entre 1941 e 1945 é muito mais significativo do que ocorreu nos 10 ou 11 anos anteriores. E isso tanto na política econômica quanto na efetivação dos direitos do trabalho, isto é, direitos “na prática” e não somente no papel. Já no mestrado eu demonstro que havia muita legislação trabalhista sendo produzida em 1931, 1932, 1933, mas que era solenemente ignorada e descumprida pelos empresários. Embora alguns colegas tenham uma visão diferente, eu continuo achando que a fiscalização era pífia, e, quando existia, se voltava mais aos pequenos estabelecimentos, como padarias, nos quais a legislação era usada como meio para extorsões e propinas. Na grande indústria, a fiscalização também era comprometida pelos acordos e influências políticas dos empresários, não obstante isso fosse amplamente denunciado em alguns jornais. Daí o Estado legislar repetidas vezes sobre as mesmas coisas, o que é um sinal muito claro de que a legislação não estava “funcionando”. Então, além de rever meu material sobre Porto Alegre e consultar uma bibliografia internacional, estou pesquisando essas questões em outras partes do país como Recife, Salvador, já encontrei algumas coisas sobre Belém, e também vou incluir observações sobre Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, mais a partir da bibliografia. Portanto, uma decisão importante nessa pesquisa atual se deve à iniciativa de analisar outras capitais, e isso em função da constatação de que meu livro talvez não seja tão lido justamente por ser focado no Rio Grande do Sul. Porque o “Brasil” continua sendo profundamente centralizado no eixo Rio-São Paulo. As pessoas podem até dizer: “ah, você faz um trabalho interessante, mas é sobre a Amazônia, que legal...”. Ou seja, no fundo, o nível de interesse das pessoas de aprender, conhecer e repensar o Brasil a partir da pesquisa produzida na Amazônia, de fato, é muito pequeno, e sobre o Rio Grande do Sul, também. As pessoas podem até dizer: “ah, os gaúchos são bons, trabalham muito, fazem uma pesquisa boa e tal, mas aquilo lá é muito complicado, muito diferente...”, mas é essa diferença que eu acho que é o desafio. Hoje a gente começa a criar condições para que as pesquisas feitas em várias partes do país não sejam mais taxadas como “História Regional”. Então, a minha decisão de ampliar o escopo de análise passa também por isso. Antes de definir minha pesquisa, eu cheguei à seguinte conclusão: “não sei qual vai ser meu próximo projeto, só sei que vai ter ‘Brasil’ no título”. Estou cansado de ser classificado e guetizado como “História Regional”, mesmo estudando o lugar de onde veio o “famigerado” Getúlio Vargas e vários outros atores fundamentais desse projeto político que se desenvolveu no pós-1930, e que alguns autores apontam como um laboratório de experiências, durante a Primeira República, que posteriormente tiveram impacto nacional. Da mesma forma, quando se começa a conhecer a história da Amazônia, você percebe que tem uma série de coisas solenemente ignoradas nas narrativas tradicionais, e que não podem entrar no debate da historiografia brasileira apenas como adornos para uma história nacional produzida no eixo Rio-São Paulo, tipo: “a gente fez um livro de história do Brasil, então

vamos falar alguma coisa da Amazônia?! Vamos escolher alguma coisa e pendurar aqui ou em algum lugar”. Na verdade, o que precisamos fazer é redefinir as narrativas sobre a história do Brasil.

GTMTAM: Aproveitando sua vinda a Manaus para a I Jornada de História do Trabalho da Amazônia, qual tem sido a sua impressão acerca dos trabalhos e temáticas apresentados? Além disso, gostaríamos de saber a sua opinião a respeito da expansão do GT Mundos do Trabalho na Região Norte, assim como eventuais possibilidades de integração entre os grupos de pesquisa da Amazônia e de outras regiões do país.

Alexandre Fortes: Achei os trabalhos que eu vi muito interessantes, de uma riqueza muito grande, e achei até surpreendente o volume das pesquisas. Algumas pessoas eu já conhecia há mais tempo: o Balkar, a Maria Luiza, conhecia o César lá do Rio Grande do Sul, estive na banca de mestrado do Adalberto e da Lara, a Edilza foi praticamente minha contemporânea na UNICAMP, conhecia a Patrícia também. Então já conhecia várias pessoas. Mas também estou vendo aqui muita gente nova, inclusive, se não me engano, vindos de todos os estados da Região Norte, o que na Amazônia é incrível, pela dificuldade das distâncias. De todo modo, é perceptível um potencial muito grande e, sem dúvida, essa ruptura das dicotomias como a gente tem falado, essa ampliação do campo temático dos mundos do trabalho ajuda muito nisso, porque cria a possibilidade de integrar uma série de categorias de trabalhadores ou de grupos sociais subalternos. Uma das coisas que eu acho importante, por exemplo, é justamente a questão de definir qual é o limite do que é trabalhador e do que não é trabalhador, pois acho que temos que rediscutir isso em alguns casos. Eu gosto muito de um trabalho do Marcel van der Linden – que eu traduzi, saiu na *Revista de História* da UNESP, e agora virou um capítulo do livro dele – no qual ele faz uma tentativa de voltar para a economia política marxista, mas com uma ideia de mercantilização e exploração do trabalho de uma forma mais ampla. Não apenas na forma “pura” do assalariamento formal, mas tentando entender como é possível evidenciar esse processo de mercantilização de várias maneiras, e entender esse conjunto de pessoas que vivem do próprio trabalho nessa lógica de enfrentamento desse processo de mercantilização, como uma classe trabalhadora com contornos muito mais ampliados. A respeito da integração entre os grupos de pesquisa da Amazônia com os de outras regiões do país, acho que já foram dados passos importantes. Existe a possibilidade de que Manaus ou Belém sediarem a próxima Jornada Nacional de História do Trabalho, e eu acho que esse é o momento, inclusive pelo potencial demonstrado aqui mesmo, na I Jornada de História do Trabalho na Amazônia, e porque seria mais uma região do Brasil. Este ano será a primeira vez que o evento ocorrerá no Nordeste, na Bahia, já fizemos no Sul, no Sudeste várias vezes, então, realizar um encontro no Norte ajudaria na ampliação das redes, e seria uma boa oportunidade para impulsionar, estimular e dar visibilidade ao GT. Temos que estudar muito os mecanismos de integração institucional que as próprias agências de fomento proporcionam, pensar novas propostas de PROCAD-CAPES (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica), de outros programas de intercâmbio, projetos de

pesquisa conjuntos. Além disso, temos uma grande necessidade de criar instrumentos de referência como bibliografias comentadas, bibliotecas digitais, arquivos digitais, enfim, existem vários campos em que a cooperação pode ser extremamente interessante. Acho também que seria interessante diversificar um pouco o perfil dos projetos, na direção daquilo que o Adalberto falou que a Lara está fazendo, isto é, pensar as regiões em termos comparativos, que é o que eu estou fazendo agora também. É um desafio porque, conforme também falou o Adalberto, se referindo às pesquisas do doutorado, essa postura nos tira de uma “zona de conforto”, pois, tanto em termos da cronologia, quanto em termos do contexto regional, o fato é que o pesquisador se defende um pouco quando diz: “aqui eu conheço, aqui eu sei bem os rumos das coisas”, e ficamos com um receio muito grande quando temos que falar sobre coisas inéditas. Eu também comecei a fazer outros recortes. Durante muito tempo, o recorte básico dos estudos era analisar uma categoria ou um grupo de trabalhadores de uma empresa, de um bairro, de um local em determinado momento, e fazer um estudo monográfico sobre tudo aquilo. Isso é extremamente importante, e ainda há muito que fazer nesse campo, dentro do que seria, digamos, um modelo mais tradicional nos últimos 20 anos. Mas, como é que vamos pensar o Brasil dessa maneira? No meu caso, eu decidi trabalhar com alguns polos urbanos de importância regional, delimitar um tema, um período, verificar a documentação disponível que possibilitasse algum tipo de análise, que pode ser comparativa, mas também interconectada. Quer dizer, uma perspectiva que nos ajude a romper com aquela velha dicotomia do tipo “centro-periferia”. A ideia de um “centro” persiste se você pensar a história nos moldes da história política tradicional, segundo a qual o importante é entender as repercussões das decisões de um governo constituído, que baixa decretos e define uma política que se espalha pelo país, sendo implementada “de cima para baixo”. Mas, se você pensar que existem outros fatores importantes, que as coisas são mais dinâmicas, que a economia e a sociedade também definem e até limitam ou condicionam, tanto aquilo que o governo vai decidir, quanto a maneira como as coisas vão ser implementadas, ou não, aí você já começa a pensar que não existe um “centro-único”, e a ideia que se tem do país muda. Então, partindo dessa ótica, diferentes questões sobre a Amazônia ganham um aspecto global e, em vários momentos, estrategicamente global. No Acre, por exemplo, existe plena consciência de pertencimento ao território nacional brasileiro, mas as origens do Acre remontam a um processo transnacional que envolve desde o início interesses do capitalismo global, especialmente em torno da seringa. Se olharmos para a Amazônia colonial, vemos um grande campo de disputas entre vários fatores ligados a uma expansão europeia, que também passa pela expansão do capitalismo, pela expansão do Cristianismo, e certamente tem a ver com a própria lógica da fronteira. Tudo isso, sem dúvida, torna a Amazônia muito singular.

GTMTAM: Nós agradecemos muito a sua disponibilidade e desejamos mais sucesso ainda na sua trajetória.

Alexandre Fortes: Parabéns pelo evento da I Jornada de História do Trabalho em Manaus, e estamos com grandes esperanças sobre o futuro o GT Mundos do Trabalho na Amazônia.